Tribunal de Justiça Militar
do Estado de Minas Gerais

ESTUDOS PRELIMINARES

A equipe de planejamento da contratação apresenta, nos termos do art. 8º, § 4º, da Resolução TJMMG nº 182/2017, o relatório referente aos Estudos Preliminares:

I - Elementos necessários para a definição, caracterização, quantificação e especificação do objeto ou serviço a ser adquirido:

O serviço a ser adquirido é a ministração de curso *in company* "Gestão de Riscos e Proteção de Dados Pessoais", para de 9 (nove) servidores e 1 (um) magistrado na modalidade *on-line* ao vivo, com carga horária de 16 (dezesseis) horas.

II - Relação entre a demanda e a quantidade a ser adquirida:

A solicitação de participação neste curso originou-se no Comitê de Proteção de Dados Pessoais – CPDP, e se justifica pela necessidade de capacitar o magistrado e os servidores e quanto à Análise e Gestão de Riscos relativos à Lei Geral de Proteção de Dados.

O conteúdo a ser ministrado no curso está relacionado às atribuições do referido comitê e se justifica por ser parte das medidas necessárias à implementação da Proteção de Dados no âmbito do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais, conforme Portaria n. 1.293/2020, divulgada no DJMe de 03/09/2020 em atendimento a Recomendação n. 73/2020 do Conselho Nacional de Justiça. Além dos integrantes do CPDP, estarão participando do curso representantes do CESI, da Corregedoria, da Auditoria Interna e da Diretoria de Finanças. Assim, a inscrição de nove servidores e um magistrado está perfeitamente ajustada à demanda existente no Órgão.

III - Demonstração da viabilidade ou não do parcelamento do objeto da licitação:

Trata-se da contratação de curso sobre um tema bastante específico e coeso, cujos conteúdos são inter-relacionados, não sendo viável seu parcelamento em módulos a serem ministrados por diferentes empresas, já que a quebra de continuidade do ensino comprometeria a aprendizagem.

IV - Indicação do prazo de garantia dos bens e/ou da prestação de serviços contratados:

Considerando a natureza do objeto (prestação de serviço de capacitação), não se aplica o prazo de garantia.

V - Pesquisa de mercado, identificando os possíveis fornecedores e as soluções disponíveis que possam satisfazer a necessidade explicitada:

Ao realizar pesquisa de mercado através de solicitação de propostas, recebemos ofertas de capacitação sobre ANÁLISE E GESTÃO DE RISCOS PARA LGPD, mas nenhuma delas se mostra mais vantajosa do que o curso oferecido pela Fundação João Pinheiro, conforme exposição de motivos abaixo:

- O curso oferecido pela **Supreme Capacitação e Treinamento**, doc. 0207285 , tem carga horária suficiente, entretanto o custo (R$ 1.600,00 - Um mil e seiscentos reais por participante) ficou acima da proposta escolhida. Outro fator considerado foi que o conteúdo programático tem uma carga horária muito extensa sobre contextualização e conceitos básicos da LGPD (temas que já foram superados pelo comitê) em comparação à Análise e Gestão de Riscos que tem menor carga horária.

- O curso oferecido pela **GVP Parcerias Governamentais**, doc. 0207287, tem carga horária de 8 horas e o custo está muito acima dos valores das demais propostas: R$28.200,00 (vinte e oito mil e duzentos reais) para até 15 participantes.

- O curso oferecido pela **Escola Nacional de Governo** doc.0207288, tem carga horária suficiente, entretanto o custo (R$ 1.600,00 - Um mil e seiscentos reais por participante) ficou acima do custo da proposta escolhida e o curso não aborda em seu conteúdo programático somente temas relativos à Análise de Riscos para LGPD. Há que se levar em conta, ainda, que o curso só acontecerá em agosto e não atende a demanda no tempo pretendido.

- O curso proposto pela **GET PRIVACY**, doc. 0207289 tem carga horária menor que a demandada, custo mais alto que a proposta escolhida (R$500,00 - quinhentos reais por participante) e aborda somente os conceitos básicos da LGPD, fase que já foi superada pelo comitê.

É importante destacar que o curso ofertado pela Fundação João Pinheiro trata especificamente sobre o tema pretendido e será ministrado por professores que atuam diretamente nas ações referentes à LGPD no Executivo do Estado de Minas Gerais. Cabe ressaltar que o valor cobrado pela referida instituição é R$4.375,55 (Quatro mil trezentos e setenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos) para os 10 participantes e foi a melhor proposta de preço recebida.

VI - Estimativa preliminar de custos:

O valor total do investimento é de R$ 4.375,55 (Quatro mil trezentos e setenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos). Esse valor corresponde ao necessário à execução dos cursos o que compreende: horas/aula, infraestrutura, planejamento do cronograma e preparação do material didático.

VI - Análise de viabilidade da contratação:

Considerando a razoabilidade do preço e a vantajosidade acima demonstrada do curso proposto em relação às demais alternativas em oferta no mercado, conclui-se pela viabilidade da participação de nove servidores e um magistrado no curso *in company* e ***Gestão de Riscos e Proteção de Dados*** na modalidade online e

100% ao vivo, promovido pela Fundação João Pinheiro, em data a definir, com carga horária de 16 (dezesseis) horas.

Documento assinado eletronicamente por **LUANDA GENEVIEVE MARTINS MEDEIROS DO COUTO FRÓES**, **Assistente Judiciária**, em 11/06/2021, às 09:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **FLAVIANE DE ALMEIDA CANTARINO**, **Assistente Judiciária**, em 13/06/2021, às 20:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://www.tjmmg.jus.br/servicos informando o código verificador **0207385** e o código CRC **02EC10B4**.

21.0.000000750-9 0207385v6

Rua Tomaz Gonzaga, 686 - Bairro Funcionários
CEP 30180-143 - Belo Horizonte - MG